

SOCIOANALISES EMPIRISTAS E POSITIVISTAS E A AMAZÔNIA

EMPIRICAL AND POSITIVISTIC SOCIOANALYSES AND THE AMAZON

Cloves Barbosa¹

Armando Wilson Tafner Junior²

Resumo: O empirismo se inicia com Francis Bacon. Os seus desdobramentos do empirismo chegam à consolidação do positivismo que se constitui como a filosofia moderna. Esta filosofia caracterizou a chamada era moderna no modo de pensar e de fazer ciência com a preocupação de conservar a maneira como o mundo havia se consolidado numa chamada ordem social.

Palavras-chaves: empirismo, laboratório, era moderna, ordem social

Abstract: The behaviourist science began with Francis Bacon and It yours developments until to Comte' positivism. It jointed most person of the modern science. This philosophy is influence over modern into the thought about science. it has the focus about actual social order' conservation.

Keywords: behaviour's laboratory, modern age, social order.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os principais conteúdos com as oscilações entre um realismo e um

1 Doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP, e, professor da Faculdade de Ciências Sociais (ICH) Unifesspa, Marabá, e do Mestrado PROFSOCIO.

2 Doutor em Economia pelo NAEA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA), e, professor da Faculdade de Ciências Sociais (ICH) Unifesspa, Marabá, e do Mestrado PROFSOCIO.



idealismo das análises empiristas da sociedade em direção ao positivismo. Os filósofos iniciadores do empirismo são Francis Bacon (1561 a 1626, em Londres), Gotteried Wilhelm Leibniz (1646, em Leipzig, a 1716, em Hanover), David Hume (1711 a 1776, em Edimburgo). Esta teorização se consolidou com Augusto Comte (1798, em Montpellier a 1857, Paris) e seguidores em muitas análises da sociedade e da cultura. Elas movem-se nas buscas da superação da filosofia classificadas como Metafísicas, voltando- se para a realidade e os objetos concretos de onde processam o conhecimento.

O DESENVOLVIMENTO DO EMPIRISMO

Francis Bacon

O filósofo Francis Bacon iniciou uma proposta epistemológica com o esforço de superar a filosofia clássica grega que se tornou geralmente conhecida como filosofia metafísica, cujo termo foi inicialmente utilizado para denominar as produções aristotélicas sem títulos definidos e que foram encontradas após o livro sobre a Física. A nova postura filosófica está no trabalho com o título de Novo Órganon (1998). Um dos aspectos de Bacon é o seu afastamento de Aristóteles. “A filosofia se tem defrontado com um adversário molesto e difícil na superstição e no zelo cego e descomedido da religião (...). Entre os gregos, foram condenados por impiedade os que ousaram proclamar as causas naturais do raio e das tempestades” (Bacon, 2000, p. 71). A característica fundamental da proposta de Bacon é a realização do conhecimento a partir da realização de experiências, e, não a partir de raciocínios abstratos. A experiência é o procedimento fundamental da Filosofia de Francis Bacon, e se tornou plenamente presente nos laboratórios de todo o mundo na atualidade.

Avaliação da produção de conhecimentos por Bacon

A preocupação com a empiria é complementada, mas, nunca abandonada em grande

parte dos procedimentos farmacêuticos, médicos com recursos à Física, Biologia e outras ciências já plenamente constituídas. A postura filosófica e científica que ficou conhecida como empirismo sustenta que o conhecimento se processa na apreensão de uma cadeia sucessiva de causas e efeitos. Uma causa tem um efeito, que, por sua vez, se torna causa de outra ocorrência, que, de efeito, se torna a causa de outra ocorrência. Bacon sustenta que cabe ao ser humano, realizar as observações, e delas, os sentidos levam ao intelecto. “A lógica tal como é hoje usada mais vale para consolidar e perpetuar erros fundados em noções vulgares, que para a indagação da verdade, de sorte que, é mais danosa que útil” (Bacon, 2000, p. 35). A alternativa com relação às heranças filosóficas está na afirmação do ser humano “como intérprete da natureza” (Bacon, 2000, p. 33). O afastamento dos procedimentos herdados dos clássicos resulta no questionamento do conhecimento filosófico de modo genérico: “Aqueles que ousaram proclamar a natureza como assunto exaurido para o conhecimento, por convicção, por vezo professoral ou por ostentação, infligiram grande dano tanto à filosofia quanto às ciências”. E, não esquece de Aristóteles: “Aristóteles, de tal modo submete a sua filosofia natural à lógica que a tornou quase inútil e mais afeita a contendas” (Bacon, 2000, p. 45). E, sustenta: a postura filosófica em questão não passa de mera opinião, e, “fazendo valer a sua opinião, concorreram para interromper e extinguir as investigações” (Bacon, 2000, p. 27).

Bacon aponta o propósito de sua filosofia do seguinte modo:

Saiba não ser nosso propósito colocar por terra as filosofias ora florescentes ou qualquer outra que se apresente, com mais favor, por ser mais rica e correta que aquelas. Nem, tampouco, recusamos às filosofias hoje aceitas, ou a outras do mesmo gênero, que nutram as disputas, onerem os discursos, sirvam o mister dos professores e que provejam as demandas da vida civil (Bacon, 2000, p. 27).

Bacon acena para os limites das filosofias precedentes com uma postura conciliatória, sustentando que essas filosofias atendem às demandas da vida social de determinado modo, mas, ao mesmo tempo, revela um objetivo novo a ser alcançado. “Declaramos e proclamamos abertamente que a filosofia que oferecemos não atenderá, do mesmo modo, a essas coisas úteis”. Depois de definir



essa diferença de abordagem, Bacon diz que sua filosofia não é de fácil acesso popular “Ela não é de pronto acessível, não busca através de pré-noções a anuência do intelecto, nem pretende, pela utilidade ou por seus efeitos, pôr-se ao alcance do comum dos homens (Bacon, 2000, p. 27).

Bacon afirma a necessidade do afastamento das pré-noções como pressuposto fundamental dos procedimentos analíticos. Este princípio epistemológico foi assumido claramente por Durkheim em “As regras do método sociológico”. Bacon continua com o aceno a uma nova maneira de realizar investigações partindo da realidade. “O ponto de partida é a realidade, o objeto submetido a um experimento que possibilita a elaboração de teorias. Este posicionamento empirista apresenta consequências para outras áreas do conhecimento humano, como é o caso das realidades sociais” (Bacon, 2000, p. 27).

Assim se justifica a necessidade da reformulação e aponta a existência de dois tipos de métodos para realizar as produções científicas conforme a sua própria linguagem. “Chamaremos ao primeiro método ou caminho de Antecipações da Mente e ao segundo de Interpretação da natureza” (Bacon, 2000, p. 30. Grifos da fonte). E. Ele avalia que a postura humana em avaliar a natureza é muito limitada tanto pela teoria quanto pela prática. Teoricamente ele avalia: “A verdadeira causa e raiz de todos os males que afetam as ciências é uma única: enquanto admiramos e exaltemos de modo falso os poderes da mente humana, não lhe buscamos auxílios adequados” (Bacon, 2000, p. 33). Com procedimentos deste tipo, “os homens são, assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias” (Bacon, 2000, p. 41). Bacon ressalta o caráter instável do intelecto humano, o que faz ele ser muito limitado para produzir ciência.

O intelecto humano se agita sempre, não se pode deter ou repousar, sempre procura ir adiante (...). O intelecto humano não é luz pura, pois recebe influência da vontade e dos afetos, donde se pode gerar a ciência que se quer. O homem se inclina a ter por verdade o que prefere. Em vista disso, rejeita as dificuldades, levado pela incapacidade da investigação; a sobriedade, porque sofre a esperança; os princípios supremos da natureza, em favor da superstição; a luz da experiência, em favor da arrogância e do orgulho, evitando parecer se ocupar de coisas vis e efêmeras; paradoxos, por respeito à opinião do vulgo. Inúmeras são as fórmulas pelas quais o sentimento, quase sempre



imperceptivelmente, se insinua e afeta o intelecto (Bacon, 2000, p. 43).

Os limites dos conhecimentos sobre a natureza são enfaticamente sustentados: “não se pode conhecer muito acerca da natureza, com auxílio dos procedimentos ora em uso. E, indo mais longe, eles destroem a autoridade dos sentidos e do intelecto, enquanto nós, ao contrário, lhes inventamos e subministramos auxílios” (Bacon, 2000, p. 39). A sustentação da necessidade de uma nova maneira de fazer ciência é afirmada claramente.

A natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto. Todas aquelas belas meditações e especulações humanas, todas as controvérsias são coisas malsãs. E ninguém disso se apercebe. Tal como as ciências, de que ora dispomos, são inúteis para invenção de novas obras, do mesmo modo, a nossa lógica atual é inútil para o incremento das ciências (Bacon, 2000, p. 34).

As avaliações humanas da natureza também são limitadas do ponto de vista prático.

Nem a mão nua, nem o intelecto, deixados a si mesmos, logram muito. Todos os efeitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e o provêm (Bacon, 2000, p. 33).

As reformulações do modo de analisar a natureza por Bacon envolvem tanto aspectos teóricos quanto aspectos práticos. A capacidade especulativa humana é posta em suspeição pelos limites da razão em realizar apropriações da complexidade com que a natureza é constituída e se apresenta. “O intelecto não regulado e sem apoio é irregular e de todo inábil para superar a obscuridade das coisas” (Bacon, 2000, p. 36). Torna-se necessário fazer com que “o intelecto salte e voe dos fatos particulares aos axiomas remotos e aos mais gerais – que são os chamados princípios das artes e das coisas – e depois procure, a partir da sua verdade imutável, estabelecer e provar os axiomas médios” (Bacon, 2000, p. 80). Assim se sustenta a mesma incapacidade humana com relação à natureza do ponto

de vista prático. Se as especulações humanas são limitadas, o mesmo acontece com as atividades práticas, pois, “a mão nua logra muito pouco”. A superação destes limites pode ser efetivada com o uso de instrumentos metodológicos mediadores entre a razão e o objeto, ou fenômeno sob análise.

A proposição de um método

A superação dos limites das sensações humanas diante da natureza como caminha da realização de conhecimentos científicos é recomendada por Bacon com a efetivação de alguns procedimentos necessários à ciência.

As noções das espécies inferiores, como as de homem, cão, pomba, e as percepção imediata pelos sentidos, como quente, frio, branco, negro, não estão sujeitas a grandes erros. Mas mesmo estas, devido ao fluxo da matéria e à combinação das coisas, também por vezes se confundem. Tudo o mais que o homem até aqui tem usado são aberrações, não foram abstraídas e levantadas das coisas por procedimentos devidos (Bacon, 2000, p. 35. Grifos da fonte).

O resultado das percepções sensoriais não pode ser assumido como conhecimentos sobre a natureza, mas, é necessário seguir um procedimento metodológico adequado. Por isso, Bacon aponta as vias filosóficas do conhecimento.

Só pode haver duas vias para a investigação e para a descoberta da verdade. Uma, que consiste no saltar-se das sensações e das coisas particulares aos axiomas mais gerais e, a seguir, descobrirem-se os axiomas intermediários a partir desses princípios e de sua inamovível verdade. Esta é a que ora se segue. A outra, que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade. Este é o verdadeiro caminho, porém ainda não instaurado (Bacon, 2000, p. 36).

São duas vias investigativas conforme a síntese avaliativa sobre o conhecimento e a filosofia. A primeira via consiste em “saltar-se das sensações e das coisas particulares aos axiomas gerais”. Em



seguida, descobrir os axiomas intermediários e se chegar à verdade.

Essa via consiste na compreensão que ele possui de “dialética”. A segunda via consiste em recolher “os axiomas dos dados dos sentidos e particulares” proceder a ascensão para “alcançar os princípios de máxima generalidade”. Isto ocorre por duas vias: “Enquanto uma perpassa na carreira pela experiência e pelo particular, a outra aí se detém de forma ordenada, como cumpre” (Bacon, 2000, p. 36). Por isso, a investigação científica necessita partir do que é particular para se chegar ao geral. “Os homens até agora, pouco e muito superficialmente se tem dedicado à experiência, mas tem consagrado um tempo infinito a meditações e divagações enganosas” (Bacon, 2000, p. 85). A última via é a grande contribuição de Bacon para a epistemologia.

As pessoas de ciência precisam assumir determinadas atitudes fundamentais diante da situação acima: “levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas” (Bacon, 2000, p. 39). A renúncia às próprias noções é posta como um dos pressupostos para realizar as investigações sobre as coisas como partes da natureza, buscando as suas causas de existência.

Os maiores embaraços e extravagâncias do intelecto provêm da obtusidade, da incompetência e das falácias dos sentidos (...). Coisas que afetam os sentidos preponderam sobre as que são mais importantes. A observação não ultrapassa os aspectos visíveis das coisas (...). Permanecem desconhecidas as mudanças mais sutis de forma das partes das coisas mais grossas (...) em espaços mínimos (...). O intelecto humano tende ao abstrato, e aquilo que flui, permanente lhe parece (...). O que deve ser considerado é a matéria, os seus esquematismos, os metaesquematismos, o ato puro, e a lei do ato, que é o movimento. As formas são simples ficções do espírito humano, a não ser que designemos por formas as próprias leis do ato (Bacon, 2000, p. 44. Grifos da fonte).

A escola empírica é avaliada para elaborar as bases da contraposição aos limites do intelecto, fugir também dos limites dos sentidos e se voltar à matéria e aos atos avaliativos. “A escola empírica

de filosofia engendra opiniões mais disformes e monstruosas que a sofisticada ou racional. As suas teorias não estão baseadas nas noções vulgares” (Bacon, 2000, p. 50). Os experimentos necessitam de procedimentos das abordagens micro dimensionadas. E, os alquimistas “alimentam eterna esperança e quando algo falha atribui a si mesmo os erros (...). Se em meio aos azares da experimentação, topa com algo de aspecto novo ou de utilidade não desprezível, contenta-se com esses resultados, muito os celebra e ostenta” Bacon, 2000, p. 68).

A avaliação dos empiristas ao lado dos racionalistas é feita por meio de comparações com os insetos relevantes como as formigas, as aranhas e as abelhas.

Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservando intacto a memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experiência e a racional (Bacon, 2000, p. 76).

A caracterização metafórica das tradições filosóficas torna-se a base para Bacon apontar quais são os fundamentos da experiência. Ele supera os empiristas coetâneos e se distancia dos alquimistas e busca aprofundar os aspectos racionais das questões de método científico, apontando sete aspectos que ele considera como sendo fundamentais para a constituição de uma metodologia.

Elementos fundamentais do método de Bacon

Os elementos fundamentais da constituição do método constituem os cuidados necessários obter resultados analíticos seguros:

- 1) Necessidade de “recolheram coleções de fatos particulares, em número, gênero ou

exatidão, capazes de informar de algum modo o intelecto” (Bacon, 2000, p. 77).

2) É necessário realizar uma quantidade significativa de experimentos para validar as conclusões com um procedimento metodológico adequado aos objetivos almejados.

Buscar uma quantidade muito maior de experimentos, como também de gênero diferente dos que até agora nos têm ocupado. Mas é necessário, ainda, introduzir-se um método completamente novo, uma ordem diferente e um novo processo, para continuar e promover a experiência. Pois a experiência vaga, deixada a si mesma, como antes já se disse, é um mero tateio, e presta-se mais a confundir os homens que a informa-los (Bacon, 2000, p. 79).

3) A prova recolhida dos fatos particulares é submetida à análise pela indução para construir os axiomas relacionados aos fatos. e superar aqueles fatos que já são conhecidos. “Verificar se o axioma que se constitui é adequado e está na exata medida dos fatos particulares de que foi extraído, se não os excede em amplitude e latitude, se e confirmado com designação de novos fatos particulares” (Bacon, 2000, p. 81).

4) A busca pelas causas dos fenômenos mantém a contribuição aristotélica.

A infeliz situação em que se encontra a ciência humana transparece até nas manifestações do vulgo. Afirma-se corretamente que o verdadeiro saber é saber pelas causas (Aristóteles, Analíticos Posteriores, I, 2,71B). E estabelecem-se quatro causas: a matéria, a forma, a causa eficiente, a causa final. Destas, a causa final longe está de fazer avançar as ciências, pois na verdade as corrompe; mas pode ser de interesse para as ações humanas (Bacon, 2000, p. 102. Grifos da fonte).

A tentativa de romper com os fundamentos das análises científicas mantém as considerações sobre as relações de causas e efeitos conforme Aristoteles, embora com ressalvas com relação à causa final. Com isso. ele restringe as análises à situação presente.

5) A ação é priorizada: “A regra verdadeira e perfeita para o operar pode ser assim

enunciada: que seja certa, livre e predisposta ou que esteja ordenada para a ação. O mesmo deve ser levado em conta para a descoberta da forma” (Bacon, 2000, p. 103. Grifos da fonte).

6) Consequências da “regra perfeita” na realização de comparações sustentáveis.

O enunciado e a regra do verdadeiro e perfeito axioma do saber: que se descubra outra natureza que seja conversível à natureza dada e que ainda seja a limitação de uma natureza mais geral, à maneira de um verdadeiro gênero. Estes dois enunciados, um ativo e outro contemplativo, são a mesma coisa, pois o que é mais útil na prática é mais verdadeiro no saber (Bacon, 2000, p.104. Grifos da fonte).

7) A análise precisa considerar a totalidade da coisa como a filosofia clássica grega recomendou, e, concomitantemente, buscar a sua essência(tangível).

Investigar o que em todo corpo corresponde ao espírito e o que corresponde à essência tangível; e se esse mesmo espírito é copioso e túrgido ou jejuno e parco; se é tênue ou espesso; se mais próximo do ar ou do fogo; se é ativo ou apático; se é delgado ou robusto; se em progresso ou em regresso; se é partido ou contínuo; se concorde com as coisas exteriores e com o ambiente ou em desacordo etc. O mesmo deve ser feito em relação à essência tangível (...), seus pelos, fibras e sua múltipla contextura, bem como a colocação do espírito na substância do corpo e seus poros, condutos, veias e células, e os rudimentos ou tentativas de corpo orgânico (Bacon, 2000, p. 107).

A necessidade de estabelecer as relações entre a matéria sob análise, e, uma filosofia (espírito) sem menosprezar as particularidades da composição do corpo submetido a uma análise, acontece sem menosprezar a essência e as manifestações (aparências) do corpo. Algumas influências da filosofia grega pré-socrática se manifestam com as referências aos elementos originários de tudo o que existe. surpreendentemente, a teoria ressurge.

Aspectos do pensamento de Gotterdied Wilhem Leibniz

Gottfried Wilhelm Leibniz

Leibniz viveu num momento de grandes modificações científicas e reais. Ele herda o lugar teórico empirista, mas, o ambiente vivencial da filosofia idealista, predominante na Alemanha o influencia bastante. As suas produções teóricas revelam a ambiguidade característica do contexto. “Existem ideias que não nos veem dos sentidos, e que existem ideias e princípios que encontramos em nós sem formá-los nós mesmos, embora sejam os sentidos que nos dão ocasião para percebê-los” (Leibniz, 2000, p. 48). Ele se insere no dualismo de Bacon com características germânicas.

Leibniz concentra os desenvolvimentos cognitivos na racionalidade. “O ensinamento exterior não faz outra coisa senão excitar ou despertar o que já estava em nós” (Leibniz, 2000, p. 50). A provocação exterior possui a sua importância elemento instigador da razão. “O consentimento bastante geral entre os homens constitui um indício, e não uma demonstração de um princípio inato; a prova exata e decisiva destes princípios consiste em demonstrar que a sua certeza só provém do que está em nós” (Leibniz, 2000, p. 50). Este é o aspecto central das elaborações teóricas e científicas.

Leibniz produz sua filosofia procurando sustentar que as ideias se constituem como fonte da verdade. “As ideias intelectuais, que constituem a fonte das verdades necessárias, não procedem dos sentidos: vós mesmo reconheceis que existem verdades que são derivadas à reflexão do espírito, quando este reflete sobre si mesmo (Leibniz, 2000, p. 54). Ele mantém reservas com relação aos sentidos qualificando-os como produtores de ideias confusas, e, restringe a obtenção da verdade como algo resultante das atividades racionais, o que o afasta, inicialmente, de Bacon.

Os objetos externos sensíveis são apenas mediatos, pois não podem agir imediatamente sobre a alma. Só Deus é o objeto externo imediato. Poder-se-ia dizer que a própria alma é o seu objeto imediato interno; mas o é, enquanto contém ideias, ou aquilo que corresponde às coisas. Pois a alma é um pequeno mundo, na qual as ideias distintas constituem uma representação de Deus e onde as ideias confusas são uma representação do universo (Leibniz, 2000, p. 81. Grifos da fonte).



Há uma valorização da teologicidade das apreciações sobre acerca do mundo, com sua inércia ou com seus movimentos. “A substância que uma vez esteve em ação, estará sempre, pois todas as impressões permanecem e são apenas mescladas com outras novas” (Leibniz, 2000, p. 83). As apreciações sobre as substâncias em qualquer situação estão determinadas pela razão diante dos limites dos sentidos. “Os sentidos não podem convencer-nos da existência das coisas sensíveis sem o auxílio da razão. A consideração da existência vem da reflexão” (Leibniz, 2000, p. 103).

Tendo ressaltado a limitação da percepção sensorial, Leibniz a justifica pela não correspondência entre elas e a sequência do tempo, que ele concebia como sendo uniforme e comparada com uma reta, pois, elas “nunca têm uma sequência constante e regular para corresponder à sequência do tempo, que é um contínuo uniforme e simples, como uma linha reta. A mudança de percepções nos dá ocasião de pensar no tempo, e nós o medimos por mudanças uniformes” (Leibniz, 2000, p. 131).

O tempo aparece como uma determinante racional cujo procedimento é avalia-lo a partir de uma unidade de medida captadora de mudanças uniformes. A linha reta é o parâmetro para avaliar as modificações pelas quais as coisas passam. Mas, o pensamento se constitui em limites que podem inviabilizar as teorizações abrangentes da realidade.

Pensamentos confusos muitas vezes se fazem sentir claramente, ao passo que os nossos pensamentos distintos em geral só são claros em potência: poderiam sê-lo, se quiséssemos entregar-nos ao esforço de penetrar no sentido das palavras ou caracteres, mas uma vez que não o fazemos – ou por negligência, ou devido à brevidade do tempo – opomos palavras nuas ou pelo menos imagens demasiado fracas e sentimentos vivos (Leibniz, 2000, p. 168).

Se os pensamentos tanto podem ser confusos quanto distintos, tanto um, quanto o outro tipo de pensamentos são problemáticos quanto aos resultados dos esforços racionais na busca do sentido das palavras ou dos caracteres que as compõem. Enquanto os pensamentos confusos são claramente sentidos, os pensamentos distintos apresentam-se de maneira clara de maneira potencial. “Quando uma ideia é distinta e contém a definição ou características recíprocas do objeto, ela poderá

ser inadequada ou não perfeita, isto é, quando tais características ou esses elementos componentes não são todos tao distintamente conhecidos” (Leibniz, 2000, p. 247). Isso acontece por dois motivos: a) negligência; e, b) brevidade do tempo. Com isso, torna-se comum fazer a oposição entre “palavras nuas ou imagens fracas” e os “sentimentos vivos” (Leibniz, 2000, p. 168).

A relevância da concretude

Quando Leibniz ressalta a importância dos aspectos concretos sem deixar de os contrapor aos aspectos ideais ele mantém o dualismo iniciado por Bacon. “A rigor metafísico, tomando a ação como aquilo que é propriamente uma substância não faz outra coisa senão agir, pois tudo lhe vem dela mesma depois de Deus, não sendo possível que uma substância criada tenha influência sobre outra” (Leibniz, 2000, p. 180). Ele sustenta a concretude com maior destaque do que seu antecessor empirista diante e necessário às produções abstratas. “É antes o concretum, como sábio, quente, luzente, que nos vem ao espírito, do que as abstrações ou qualidades (pois são elas que estão no objeto substancial e são as ideias), como saber, calor, luz etc., que são muito mais difíceis de compreender” (Leibniz, 2000, p. 195. Grifos da fonte). As dificuldades na apropriação das coisas da realidade levam Leibniz a considerar o idealismo. Agora, Leibniz mantém o foco empirista e recupera a postura aristotélica com a referência à divindade suprema.

O conhecimento

O conhecimento é tido como proveniente de lugar social caracterizante da sua produção conforme o que é denominado de três ubiedades.

A primeira se denomina circunscritiva, que se atribui aos corpos que estão no espaço, que ali estão punctatim, de maneira que são medidos segundo se possa assimilar pontos da coisa situada, correspondentes aos pontos do espaço. A

segunda forma é a definitiva, na qual se pode determinar que a coisa situada está em tal espaço, sem poder assimilar pontos precisos ou lugares próprios exclusivamente àquilo que ali se encontra (...). A terceira ubiedade é a repletiva, que se atribui a Deus, o qual enche todo o universo de maneira ainda eminente do que os espíritos estão nos corpos, pois ele opera imediatamente sobre todas as criaturas (Leibniz, 2000, p. 199. Grifos da fonte).

As definições das ubiedades demonstram as preocupações de Leibniz com as determinações materiais nas suas proposições sobre a elaboração dos conhecimentos científicos. Ressalta o conhecimento como, “num sentido mais restrito, o conhecimento da verdade”. E, sustenta que “a verdade está sempre fundada na concordância das ideias”, porém, este conhecimento não constitui uma percepção dessa concordância ou discordância”. Leibniz sustenta que a verdade se constitui com a concordância das ideias, e, depois, volta-se para a importância da experiência. “Quando só conhecemos a verdade empiricamente, isto é, por tê-la experimentado, sem conhecer a conexão das coisas e a razão existe naquilo que experimentamos, não tenho percepção desta concordância ou discordância” (Leibniz, 2000, p. 354).

Leibniz classifica os argumentos em quatro tipos assim elencados:

Quatro espécies de argumentos dos quais os homens costumam servir-se para convencer os outros das suas opiniões (...). O primeiro pode chamar-se argumentum ad verecundiam; isto acontece quando citamos a opinião daqueles que adquiriram autoridade pelo seu saber, posição, poder ou outro fator (...). Existe 2) argumentum ad ignorantiam, o qual consiste em exigir a prova que damos, ou que se forneça uma melhor (...). Existe 3) argumentum ad hominem, quando se pressiona alguém por aquilo que ele mesmo disse (...) 4) argumentum ad iudicium, que consiste em empregar provas tiradas de alguma das fontes do conhecimento ou da probabilidade. É o único dos quatro que nos faz progredir e nos instrui (Leibniz, 2000, p. 498s. Grifos da fonte).

A classificação dos argumentos se distancia das proposições aristotélicas que foca na produção científica adequada às exigências racionais e sociais. O foco de Leibniz está na busca do convencimento de quem está numa relação de discussão a quem procura-se convencer da própria

posição teórica. Com isso, as produções científicas estão sempre ligadas a algum aspecto de utilidade prática, e, a busca de vencer um debate a todo custo.

O posicionamento de David Hume

A realidade social

Hume se constitui num dos mais expressivos nas posições sobre a realidade social no empirismo. O seu posicionamento elitista despreza a componente social popular. Tendo como ponto de partida o que se apresenta imediatamente visível, e, desconsiderando a possibilidade de ocorrência de uma surpresa de ocorrência de eventos inesperados, ele aposta na conservação de uma situação social que despreza e tem como impossível e indesejável uma profunda modificação na realidade vivenciada (Hume, 2000).

A sua terminologia coloca como sendo de mesmo conteúdo “a filosofia moral” e a Ciência da natureza humana” variando conforme a perspectiva de cada conceituação.

A primeira considera o homem como nascido principalmente para a ação; como influenciado em suas avaliações pelo gosto e pelo sentimento; perseguindo um objeto e evitando outro, segundo o valor que esses objetos parecem possuir e de acordo com a luz sob a qual eles próprios se apresentam (...). Os filósofos da outra classe consideram o homem mais um ser racional que um ser ativo, e procuram formar seu entendimento em lugar de melhorar-lhe os costumes. Consideram a natureza humana objeto de especulação e examinam-na com rigoroso cuidado a fim de encontrar os princípios que regulam nosso entendimento (Hume, 2000, p. 25).

Esta formulação dual resulta na junção das duas perspectivas numa espécie de síntese. “O homem é um ser sociável do mesmo modo que racional. No entanto, nem sempre pode usufruir de uma companhia agradável e divertida ou conservar o gosto adequado para ela. O homem é também um ser ativo (...): um gênero misto de vida” (Hume, 2000, p. 27). A ação é o aspecto primordial e

mais importante da vida humana. Os objetos sob os quais a ação incide são muito tênues e escapam à observação continuada necessária à reflexão. E, recomenda: “Conhecer as diferentes operações do espírito, sua separação, sua classificação em categorias apropriadas e a correção da aparente desordem em que se encontram constituem uma parte considerável da ciência” (Hume, 2000, p. 31). O ceticismo levando-o a sustentar que “em todas as proposições que se referem a este tema há uma verdade e uma falsidade que não estão fora do alcance do entendimento humano” (Hume, 2000, p. 32).

O conhecimento

A distância intransponível entre a percepção e o espírito é ressaltada por Hume através de uma contraposição infundável. “Há uma diferença considerável entre as percepções do espírito, quando uma pessoa sente a dor do calor excessivo ou o prazer do calor moderado, e quando depois recorda em sua memória esta sensação ou a antecipa por meio de sua imaginação”. As percepções do espírito e a recordação de sensações pela imaginação, o que não passa de imitações das percepções dos sentidos na representação do objeto observado. Quem está sob ataque de cólera fica estimulado de modo bastante diferente do quando simplesmente pensa nessa emoção. Sempre existe alguma conexão entre as ideias produzidas pela razão (Hume, 2000, p. 35 e 39).

As relações ente as coisas e os eventos apresentam sempre uma conexão que a ação da racionalidade elabora sobre tudo o que observa.

A espécie mais habitual de relação entre os diferentes eventos que fazem parte de uma composição narrativa é a de causa e efeito; quando um historiador segue a série de ações segundo sua ordem natural, remonta às suas fontes e princípios secretos e descreve suas mais remotas consequências (...). O conhecimento de causas não é apenas o mais satisfatório, já que esta relação ou conexão é mais forte do que todas as outras, mas também mais instrutivo, pois, é unicamente por este conhecimento que somos capazes de controlar eventos e governar o futuro (Hume, 2000, p. 42).



A continuidade da contribuição aristotélica para a epistemologia é notável e comporta aplicações teórica e práticas diversas. Sobretudo, é pela experiência que se torna possível estabelecer as relações entre causas e efeitos. “Todos os raciocínios que se referem aos fatos parecem fundar-se na relação causa e efeito. Apenas por meio desta relação ultrapassamos os dados de nossa memória e de nossos sentidos (...). Supõe-se que há uma conexão entre o fato presente e aquele que é inferido dele” (Hume, 2000, p. 49).

É a experiência que garante a validade das conquistas do conhecimento, tanto dos provenientes da razão quanto dos provenientes da prática. Mas, a prática é o pressuposto necessário para controlar os devaneios da razão (Hume, 2000, p. 53).

Não há nada mais livre do que a imaginação humana; embora não possa ultrapassar o estoque primitivo de ideias fornecidas pelos sentidos externos e internos, ela tem poder ilimitado para misturar, combinar, separar e redividir estas ideias em todas as variedades da ficção e da fantasia imaginativa e novelesca. Ela pode inventar uma série de eventos com toda aparência de realidade (Hume, 2000, p. 65).

Três fundamentais devem ser observados para evitar os desvios da razão quando se observa a natureza e seus fatos para fazer analogias: “Semelhança, continuidade e causalidade, que são os únicos laços que unem entre si nossos pensamentos e que engendram a série regular de reflexões ou discursos que, em maior ou menor grau, se realiza entre todos os homens” (Hume, 2000, p. 67, e, 106. Grifos da fonte).

O povo e o governo

Nesta obra ele sustenta que o povo é um construtor tosco, e tudo se deve fazer para evitar os processos revolucionários da sociedade. Trata-se de um posicionamento expresso e contrário às mobilidades sociais históricas, políticas, e, até culturais. São herdadas, entre outras coisas,



comportamentos sociais e políticos dos antepassados numa cadeia difícil de ser interrompida. Se ocorresse com os humanos o que ocorre com os bichos-da-seda, e as borboletas se renovam com menores cargas hereditárias, seria possível formar novos tipos de governos com maiores facilidades. Mas o que ocorre é a introdução de algumas inovações sobre as constituições antigas (Hume, 2000, p. 205).

Pouco se deve esperar das bases populares, pois, “o povo é um construtor extremamente tosco, especialmente neste terreno especulativo, e ainda especialmente quando é influenciado pelo zelo partidário, é natural que sua obra se apresente um pouco informe, apresentando sinais evidentes da violência”. Existe o partido que concebe o governo como proveniente da divindade, e, o torna “sagrado e inviolável”. Outro partido faz “o governo depender inteiramente do povo, supõe a existência de uma espécie de contrato original, mediante o qual os súditos se reservam tacitamente o direito de resistir a seu soberano cada vez que se sentirem prejudicados”. Esta contradição impede que se constitua a base popular de governo, que é naturalmente instável (Hume, 2000, p. 197).

A constatação das transformações sociais “de pequenos reinos em grandes impérios, à dissolução de grandes impérios em reinos menores, à fundação de colônias, à migração de tribos” (Hume, 2000, p. 201), desponta de percepção sem uma concepção histórica precisa em que tudo se confunde com processos concomitantes, e, sem objetivo definido até que o compromisso com um ordenamento social se impõe. “Não deixemos que o regime saído da Revolução nos iluda, ou nos faça apaixonar por uma origem filosófica do governo a ponto de imaginarmos que todas as outras são monstruosas e irregulares. A única coisa que então mudou foi a sucessão” (Hume, 2000, p. 202. Grifos da fonte).

A revolução gloriosa não passou logrou muito. A sociedade foi modificada, porém, ela limitou o governo monárquico inglês a uma figura jurídica sem a força gerencial.

É inútil dizer que todos os governos são ou devem ser criados com base no consentimento popular (...). Jamais as coisas humanas permitirão tal consentimento (...). Nos poucos casos em que possa parecer ter havido um consentimento, este foi geralmente tão irregular, tão limitado ou tão misturado com

fraude e a violência, que não se lhe pode atribuir grande autoridade (...). Ao afirmamos que todo governo legítimo deriva do consentimento do povo, sem dúvida lhe prestamos uma homenagem muito superior à que merece, ou sequer espera e deseja que lhe prestemos (Hume, 2000, p. 203 e 206).

O posicionamento antipopular está na sustentação da impossibilidade do surgimento, e consolidação de governos legitimados pela vontade popular e na consolidação dos interesses antiaristocráticos. A continuidade sucessória do poder aristocrático se consolida assim: “Nosso soberano atual, que herdou em linha direta de antepassados que nos governaram durante muitas gerações, esta resposta não admite réplica” (Hume, 2000, p. 209. Grifos da fonte). A obediência é afirmada como um dever dos súditos. “Sendo a obediência um dever, em circunstâncias normais, é nela que sobretudo se deve insistir; nada poderia ser mais absurdo do que enumerar com excessiva preocupação e cuidados todos os casos em que se pode permitir a resistência” (Hume, 2000, p. 214). Apesar das atuações do partido whig de tendência popular na Grã-Bretanha, as desigualdades sociais não constituem um problema para a sustentação do poder, pois, “o direito pode ser de duas espécies, o direito ao poder e o direito à propriedade (...). Um governo pode durar muitas gerações, mesmo que não haja coincidência entre a balança do poder e a balança da propriedade (Hume, 2000, p. 217 e 219. Grifos da fonte).

A PROPOSIÇÃO DO POSITIVISMO

Augusto Comte e a proposta do positivismo

Augusto Comte (1988) se apresenta como o sistematizador do modo de pensar e agir filosófico-científico iniciado com Bacon e seu dualismo, passando por vários filósofos conhecidos. Ele propõe um modelo em que a realidade social, política e cultural tenham passado por três estados: O teológico, onde se reporta a Deus como fonte de tudo, e, a ele se recorre para solucionar quaisquer problemas; o estado metafísico, onde a humanidade recorre e atribui todos os eventos no mundo como provenientes

de forças sobrenaturais e inalcançáveis pelos humanos; depois, o estado positivo, definitivo e final, onde quaisquer eventos sociais, políticos e científicos são submetidos aos procedimentos racionalmente elaborados e controlados pelos humanos.

O sistema comteano possui bases em autores de conteúdos em parte, duais, empíricos e idealistas: Bacon, Leibniz, Hume, Condorcet, Descartes, Tomas de Aquino, e, Kant, e ainda se declara tributário ao clássico Aristóteles. Com isso, o positivismo se difundiu muito rapidamente e foi para além das fronteiras europeias. O seu grande lema: “O amor como princípio, a ordem como base, e o progresso como fim”, foi a fonte que proporcionou o surgimento do lema da bandeira brasileira (Comte, 1988, p. 67).

A natureza e o caráter da filosofia positiva só podem ser apropriados a partir da história do espírito humano constituído em três estados retratando os voos da inteligência: o estado teológico, o estado metafísico e o estado positivo. Comte afirma haver descoberto essa lei fundamental da marcha da inteligência humana. “Esta lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo” (Comte, 1988, p. 3).

A necessidade de uma nova ciência

A exposição da ciência se faz tanto pelo caminho histórico quanto pelo caminho dogmático, embora ocorram cominações entre ambos. O caminho histórico é composto dos esforços iniciais da ciência por longo tempo, e, com os estudos cronologicamente sucessivos. O caminho dogmático reorganiza e sintetiza as descobertas particulares num sistema abrangente numa ordenação lógica. “A tendência constante do espírito humano, quanto à exposição dos conhecimentos, é, pois, substituir progressivamente a ordem histórica pela ordem dogmática, a única conveniente ao estado aperfeiçoado de nossa inteligência” (Comte, 1988, p. 27-28). Assim, o positivismo se constituiu.

O positivismo é apresentado como constituído de três propriedades fundamentais:

a) A realidade é o seu ponto de partida do conhecimento filosófico e científico. Esta propriedade é assumida como herança de Bacon para que seja fundada a “física social” que completa o “sistema das ciências naturais” e resume os conhecimentos adquiridos de maneira fixa e homogênea num “tronco único”. O estudo de todos os seres e fenômenos pode ser feito tanto pela ótica estática (aptidão para agir) quanto pela ótica dinâmica (ação efetiva). Isto é possível pela observação dos fatos evitando as explicações teológicas e metafísicas (Comte, 1988, p. 10, 13 e 23).

b) O método é inseparável da prática cognoscente.

O “método positivo” deve ser necessariamente considerado em ação e quem faz uso deve precisa possuir pleno domínio sobre o método. Um exame filosoficamente feito das ciências é necessário para a obtenção do “método positivo”. Este método não é “susceptível de ser estudado separadamente das investigações em que se emprega; ou seja, ao menos, este é apenas um estudo morto, incapaz de fecundar o espírito que a ele se entrega”. E, é impossível apresentar o método separadamente da apreciação filosófica da ciência em curso (Comte, 1988, p. 15). O método é assim sintetizado: “O verdadeiro espírito filosófico consiste, de fato, como o simples bom senso, em conhecer o que é, para prever o que há de ser, a fim de o aperfeiçoar tanto quanto possível” (Comte, 1988, p. 95).

c) As generalidades científicas e a reordenação social

O conhecimento das generalidades científicas apresenta contribuições tanto para a educação quanto para o progresso das ciências particulares. Comte sustenta que as divisões ente os diversos ramos da ciência são “essencialmente artificiais”. Para ele, todas as divisões e especificidades de ciências se efetivam simplesmente com o objetivo de separar as dificuldades com que determinados problemas apresentam para as análises, e, para buscar soluções para os problemas postos em observações (Comte, 1988, p. 16).

A filosofia positiva é a única que possui uma base sólida com capacidade para reordenar o mundo. A grave crise social revela a necessidade de uma reorganização da sociedade que se

constituem das nações civilizadas. O desordenamento social se apresenta com uma grande gravidade para o futuro da humanidade. A filosofia positiva necessita ser introduzida nos estudos dos fenômenos sociais. “A desordem atual das inteligências se vincula, em última análise, ao emprego simultâneo de três filosofias radicalmente incompatíveis: a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva” (Comte, 1988, p. 18). O conteúdo da filosofia positiva se constitui de ideias das quais o mundo está necessitando. A filosofia positiva embasa “o conhecimento dos fenômenos sociais” de modo seguro para fundamentar e conduzir a vida ativa de acordo com as necessidades humanas. “As ideias governam e subvertem o mundo, em outros termos, que todo mecanismo social repousa finalmente sobre opiniões. Sabem eles, sobretudo, que a grande crise política e moral das sociedades atuais provém, em última análise, da anarquia intelectual” (Comte, 1988, p. 17, 18, e, 23). Quando a função gerenciadora e subversiva dada às ideias como determinante principal aparece contraditoriamente no sistema que tem a realidade social, econômica e política como ponto de partida.

O positivismo no mundo

a) A composição

A essência da composição do positivismo se constitui de duas áreas do saber que inseparáveis, e, se relacionam para realizar as análises sociais com preocupações eminentemente práticas. A primeira área do saber é a filosofia em seu desenvolvimento e na sua configuração última: a filosofia positiva, isto é, uma nova filosofia. A filosofia garante o “fundamento lógico e científico” das elaborações teóricas da ciência antes denominada Como “Física Social” para depois, se consolidar com a denominação de Sociologia, que se constitui com as bases para a “sistematização real dos pensamentos humanos” e realizar análises práticas sobre as “contemplações reais”. A segunda área do saber é a política: atuações em defesa da “ordem social” e corrigir os desvios tanto da “democracia anárquica” quanto na “aristocracia retrógrada” que caracterizam a “crise das sociedades modernas” (Comte, 1988, p. 65). Esta situação se apresenta especialmente a Europa Ocidental que necessita de



uma “reorganização política”. Trata-se de uma nova ciência (Comte, 1988, p. 43).

O positivismo surge e se constitui com a missão de organizar tanto a ciência quanto a arte numa sociedade que necessita ser reorganizada com uma “ordem social” em bases naturais.

A missão fundamental do positivismo: generalizar a ciência real e sistematizar a arte social. Essas duas faces inseparáveis duma mesma concepção serão sucessivamente caracterizadas pelas duas partes deste discurso, indicando, primeiro, o espírito geral da nova filosofia, e, em seguida, sua conexidade necessária com o conjunto da grande revolução de que ela dirige o término orgânico (Comte, 1988, p. 44).

A nova doutrina apresentada como positivismo tem o seu destino a “todas as classes sociais”. Porém, tanto as mulheres quanto os proletários são “auxiliares essenciais” para o sucesso da constituição e para a sustentação de uma “nova ordem social” (Comte, 1988, p. 44).

b) O ocidente

A sociedade ocidental é caracterizada pelas próprias heranças sociais, históricas e religiosas divergentes que convivem no mesmo espaço. Nela estão seguidores da “crença monotéica cristã e muçulmana” cuja essência ressalta a busca por uma perfeição que se realizará somente num “isolamento celeste” e menospreza a dignidade do trabalho, e, ainda concebe a mulher “como fonte de todo o mal”. O positivismo avalia o processo social como composto de características estáticas e dinâmicas. Contrapondo-se a isso “a religião positiva deve fazer passar desde já na circulação universal, atenta à alta importância de seu uso intelectual e também moral” para recompor a “ordem social”. “A anarquia das inteligências motiva este apelo especial da religião positiva ao sexo afetivo, pois que essa anarquia torna mais necessário do que nunca o predomínio do sentimento que atualmente é o único preservativo da sociedade ocidental” (Comte, 1988, p. 75). Ressaltam-se aqui as questões sobre a mulher, os proletários e a organização social hierarquizada (Comte, 1988, p. 68 e 70).



c) As mulheres e os proletários

Comte apresentou uma teorização peculiar sobre o lugar das mulheres na sociedade. Este lugar apresenta uma grande relevância para a figuração social de acordo com a teorização que ele produziu. Elas são clamadas a exercerem uma espécie de sacerdócio denominado positivo de uma religião positiva. “O sacerdócio positivo exige, ainda mais do que o sacerdócio teológico, uma inteira maturidade, sobretudo em virtude de sua imensa preparação enciclopédica”, embora não tenha apresentado o conteúdo dessa preparação necessária (Comte, 1988, p. 72).

A relevância das mulheres na construção de uma nova organização social está na constatação de que “no santuário da alma feminina que se pode hoje encontrar a digna submissão de espírito exigida por uma regeneração sistemática” (Comte, 1988, p. 74). A assim chamada “nova ordem social”, que, potencialmente pode se tornar mundial, sob o comando do ocidente se sustenta numa base que precisa estar ocupada por frações sociais exercendo funções específicas e essenciais ao sustento dessa situação nascente. Essa argumentação não pode ser a criação de uma “nova ordem mundial”, mas, somente uma proposição de uma figuração que aponta para uma reestruturação da dominação social de classes cuja antagonicidade precisa ser contida em determinados limites. Uma chamada “nova ordem mundial” somente faria sentido de acordo com as teorias da relações internacionais, com o estabelecimento de um novo padrão das relações entre nações com a determinação e vigência de um novo princípio caracterizante dessas relações entre as nações, como aconteceu na Conferência de Yalta (Crimeia de 4 a 11 de fevereiro de 1945) onde foi decidido criar o mundo bipolar, numa situação em que ficaram o ocidente sob o comando dos Estados Unidos da América do Norte, e o oriente sob o comando da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, efetivado com o resultado final da segunda Guerra Mundial em 9 de maio de 1945 (brasilesola.uol.com.br/historiag/conferencia-de-yalta.htm#O+que+foi+decidido+na+Conferencia+de+yalta%3F. Acesso realizado em 10/05/2025).

A localização funcional das mulheres está claramente definida assim: “só as mulheres podem oferecer-me, em virtude de sua salutar exclusão da política, um ponto de apoio capaz de fazer prevalecer livremente os princípios que não de habilitar, enfim, os proletários a colocar bem sua

confiança teórica e prática” (Comte, 1988, p. 75). Aponta-se, resalta-se e atribui-se uma característica fundamental presente nas mulheres que as levam a exercer a função submissa na nova ordem. “A repugnância instintiva que elas sentem pelo movimento moderno bastaria para torná-lo estéril, se realmente tal repulsão fosse invencível. É aí que decorre, no fundo, a singular e funesta anomalia que impõe chefes retrógrados a populações progressivas” (Comte, 1988, p. 76). em razão dessa missão, os homens devem sustentar as mulheres, e. “sob a santa reação da revolução feminina, a revolução proletária purificar-se-á espontaneamente das suas disposições subversivas” (Comte, 1988, p. 77). Com isso, a “nova estruturação social” se tornará “uma ordem imutável a que estão sujeitos os acontecimentos de todo gênero. Esta ordem é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva” (Comte, 1988, p. 90. grifos da fonte).

Proletários e mulheres constituem necessariamente os auxiliares essenciais de nova doutrina geral que, embora destinada a todas as classes modernas, só obterá ascendência verdadeira nas camadas superiores, quando surgir sob este irresistível patrocínio. A reorganização espiritual só pode começar com o concurso dos mesmos elementos sociais que em seguida devem secundar, do melhor modo, seu voo regular (...). A seu princípio subjetivo, a predominância do sentimento, o positivismo associa, pois, uma base objetiva, a imutável necessidade exterior, a única a permitir realmente subordinar a sociabilidade ao conjunto de nossa existência (Comte, 1988, p. 44 e 55).

A constituição de uma “estruturação social” desigual estável e imutável exige a conformação de frações sociais de classes, gênero e/ou etnias, em condições de submissão essencialmente voluntária, com renúncia as buscas por quaisquer ascensões na hierarquia social. “As mulheres e os proletários não podem nem devem converter-se em doutores, e nem eles o querem” (Comte, 1988, p. 95). Esse argumento se constitui com um recurso à alquimia, pois, apresenta como sendo virtude o que, na realidade, é uma necessidade ideológica e política da pretensa “nova ordem” que é apresentada como a base da “pacificação do ocidente” competentes para as altas elaborações que cegamente lhes são confiadas, muito contribuiria para a pacificação do ocidente (Comte, 1988, p. 95-96).

d) A nova estruturação socioeconômica

A contribuição da Sociologia para a constituição e sustentação da nova ordem social é fundamental tanto pela sua parte estática quanto pela sua parte dinâmica conforme a doutrina positivista. “Estas duas metades da sociologia se acham profundamente ligadas entre si em virtude de um princípio geral estabelecido pelo positivismo para religar por toda parte o estudo do movimento da existência. O progresso é o desenvolvimento da ordem” (Comte, 1988, p. 182. Grifos da fonte).

A estruturação social, que é denominada de “ordem”, se constitui a partir da superioridade masculina sobre a feminina especialmente com relação ao comando das questões sociais, econômicas, e, políticas (Comte, 1988, p. 218). “O duplo ofício fundamental da mulher, como mãe e como esposa, equivale, em relação à família, ao do poder espiritual do Estado. Exige, portanto, a mesma isenção da vida ativa, e uma análoga desistência de todo comando” (Comte, 1988, p. 220). As mulheres precisam ser excluídas do trabalho exterior para que elas possam cumprir a santa e digna missão de mãe e esposa.

“O homem deve sustentar a mulher. Ela equivale à obrigação da classe ativa para com a classe contemplativa (Comte, 1988, p. 221. Grifos da fonte).

A nova ordem social (estruturação) se constitui hierarquicamente onde os fortes assumem o comando de tudo e precisam da colaboração submissa dos que constituem a base social e econômica da sociedade, especialmente, a partir da Europa ocidental, e, com possível difusão pelo mundo. “Não é possível assegurar a dedicação dos fortes aos fracos senão pelo advento de uma classe de fortes que só possa obter ascendente social devotando-se aos fracos, em virtude da livre veneração destes”. A máxima dessa ordenação social é: “Dedicação dos fortes pelos fracos; veneração dos fracos pelos fortes. Nenhuma sociedade pode perdurar se os inferiores não respeitarem os superiores”. A estruturação social hierarquizada imutável e eterna necessita da conformação submissa dos que constituem a base hierárquica. (Comte, 1988, 228).



Essa nova estruturação (ordem social) assim constituída se torna a base que possibilita a felicidade humana (Comte, 1988, p. 231-232). A doutrina positivista, que teve seu início com os empiristas se efetivou e se consolidou com as elaborações teóricas de Augusto Comte, que, assim aplicou o próprio princípio metodológico: “conhecer o que é, para prever o que há de ser, a fim de o aperfeiçoar tanto quanto possível”, ou seja, preservar a estrutura móvel da sociedade hierarquizada (Comte, 1988, p. 95).

Implicações epistemológicas na Amazônia brasileira

As características sociais, econômicas e culturais da Amazônia em geral são distintas das regiões do capitalismo mais tecnologicamente avançado. Enquanto região periférica do modo de produção capitalista, a Amazônia se destaca pela produção predominantemente artesanal por camponeses e ribeirinhos com predominância de procedimentos empíricos e repetitivos como se fossem laboratórios improvisados e informais. Grandes empresas extrativistas minerais e vegetais se contrapõem a essas práticas. Nem é possível efetivar a acumulação de riquezas na Amazônia mesmo com a sua produção acontecendo na região, pois, os laços produtivos acumuladores se constituíram mundialmente.

As análises empiristas e positivistas que predominam nos laboratórios, especialmente, medicinais, aparecem na Amazônia com as filiais e empresas locais limitadas que dependem de vínculos com empresas do sul do país para atender aos clientes. Os ribeirinhos e camponeses fazem cultivos e coletas predominantemente manuais com organizações familiares e/ou étnicas com produções e distribuições coletivas localmente restritas. As acumulações propriamente capitalistas não se realizam na região amazônica.

A teoria de Rostow (1977) que baseava o desenvolvimento capitalista em etapas pelas quais os países deveriam percorrer até a equalização mundial de nível elevado de riquezas se apresenta inadequada e fora da realidade, especialmente para a Amazônia. O que os capitalistas fazem na



Amazônia é garantir um suporte para a realização da acumulação primitiva como componente da acumulação ampliando do capital (Marx, O Capital. Livro I. Cap. 24. “A assim chamada acumulação primitiva” 2023, p. 785-834; e, Idem. O Capital. Livro I. Cap. 25. “A teoria da moderna colonização” 2023, p. 835-846.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Francis Bacon iniciou a segunda revolução teórica ao levar ao extremo a necessidade de tomar a realidade efetiva como base e suporte das produções teóricas. Ele inicia a tendência e empirista que se desenvolve até chegar ao positivismo e seus desdobramentos posteriores. Hume elaborou claramente a posição política de defesa da ordem social e política monárquica contra as tentativas de modifica-la. Leibniz oscilou mais profundamente entre o empirismo e o idealismo para se posicionar entre as tendências de transição de seu tempo.

A ordem em Comte, é a estruturação social de classes que resultou da Revolução Francesa. Assim, o domínio da burguesia é tido como definitivo. Aos operários, e, às mulheres cabem as posturas de submissão. Elas possuem a “santa missão social”, que é a de serem mães e donas de casa, abstendo-se voluntariamente da política e assumem uma digna submissão social ampliada ao terem de ensinar aos operários a se conformarem com a condição de submissão aos patrões. A postura pendular que vai do concretismo ao idealismo está presente tanto no empirismo quanto no positivismo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. “Analíticos posteriores”. In. IDEM. Órganon: Categorias. Da interpretação. Analíticos anteriores. Analíticos posteriores. Tópicos. Refutação dos sofistas. Bauru: EDIPRO, 2010, p. 251-345.

BACON, F. Novo órgãoon, ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo:

Nova Cultural, 2000.

COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
CONFERENCIA DE YALTA (brasilesola.uol.com.br/historiag/conferencia-de-yalta.htm#O+que+foi+decidido+na+Conferencia+de+yalta%3F. Acesso realizado em 10/05/2025).

HUME, D. Investigação acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

LEIBNIZ, G. W. Novos ensaios sobre o entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MARX, K. O Capital. Livro I. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

